



**INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO/ECONOMIA**

**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CONCEITOS DE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL 2 NO BRASIL**

Brasília/DF

2025

GABRIEL MATIAS VIEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CONCEITOS DE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL 2 NO BRASIL**

**Artigo apresentada ao Programa de Graduação em Economia, do Instituto
Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel em Economia**

Aprovado em: 05/12/2025

Banca Examinadora:

Prof. Marcelo Mercante Kuhlmann (Orientador)

Professor Alexandre Magno de Andrade Reis

Mestra Paula Mercante Kuhlmann

**Brasília/DF
2025**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1. Introdução	7
1.1 Objetivos gerais e específicos.....	8
1.2 Metodologia.....	9
2. Referencial Teórico.....	9
2.1 Modelo Teórico	10
2.2 Literatura Internacional	11
2.3 Literatura Nacional.....	11
2.4 Contexto histórico e políticas públicas no Brasil.....	13
2.5 Formação docente e desafios de implementação.....	14
2.6 Experiências internacionais.....	14
2.7 Educação financeira, família e sustentabilidade.....	15
3. Resultados e Discussões.....	17
4. Conclusão	19
5. Referências	21

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL II NO BRASIL

Resumo

A educação financeira ainda é tratada de forma desigual nas escolas brasileiras, apesar de sua relevância para a vida prática dos estudantes. Este artigo discute a importância de incluir conteúdos de finanças pessoais no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e investiga se tal inclusão contribui para formar hábitos mais conscientes no uso do dinheiro. O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, reunindo literatura nacional e internacional e documentos oficiais. A hipótese norteadora é: estudantes expostos à educação financeira no Ensino Fundamental II apresentam maior consciência sobre planejamento financeiro. As evidências apontam que propostas contínuas, contextualizadas e interdisciplinares favorecem o planejamento do orçamento, escolhas de consumo mais responsáveis e o diálogo sobre dinheiro no ambiente familiar. Conclui-se que a implementação estruturada do tema pode ampliar autonomia, pensamento crítico e cidadania financeira dos estudantes. Como limitação, não há coleta de dados primários. Sugere-se, para pesquisas futuras, estudos de caso em escolas e avaliações antes/depois para comparar metodologias.

Palavras-chave: educação financeira; Ensino Fundamental II; letramento financeiro; planejamento financeiro; BNCC.

Abstract

Financial education is still unevenly addressed in Brazilian schools, despite its relevance to students' everyday lives. This article discusses the importance of including personal finance topics in lower secondary education (Ensino Fundamental II) and examines whether such inclusion helps build more conscious money-management habits. The study follows a qualitative, bibliographic and exploratory approach, bringing together national and international literature and official documents. The guiding hypothesis is that students exposed to financial education in lower secondary grades display greater awareness of financial planning. Evidence indicates that continuous, context-based and interdisciplinary proposals foster budgeting, more responsible consumption and family discussions about money. The article concludes that structured implementation can enhance students' autonomy, critical thinking and financial citizenship. As a limitation, no primary data were collected. Future research should include school case studies and before-after evaluations to compare methodologies.

Keywords: financial education; lower secondary education; financial literacy; financial planning; BNCC.

1. Introdução

A educação financeira, embora presente no cotidiano de qualquer indivíduo, ainda é pouco trabalhada de forma sistemática ao longo da educação básica. Muitos estudantes concluem a escola sem noções práticas de orçamento, juros, crédito, planejamento e conhecimentos que influenciam diretamente a vida adulta. O contexto nacional reforça a urgência do tema: o endividamento das famílias alcançou 77,6% em abril de 2025, maior nível desde outubro de 2023, segundo dados divulgados pela imprensa com base na CNC (CNN Brasil, 2025). Esse indicador não esgota as causas do problema, mas evidencia a carência de formação básica para decisões financeiras mais responsáveis.

Há evidências de que a escola pode atuar como ponto de inflexão. Estudo realizado em escolas públicas de Minas Gerais indica que estudantes expostos a conteúdos de finanças pessoais tendem a organizar melhor seus gastos, discutir o tema em família e participar do orçamento doméstico (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2023). Em âmbito internacional, a OCDE recomenda a inserção da educação financeira desde os anos iniciais, por contribuir para o desenvolvimento de competências como planejamento, consumo consciente e tomada de decisão informada (OECD, 2016). No Brasil, a BNCC reconhece a temática como transversal, o que viabiliza sua integração a diferentes componentes curriculares; contudo, a implementação permanece desigual entre redes e escolas (BRASIL, 2018).

A literatura especializada oferece fundamentos consistentes. Domingos (2018) argumenta que hábitos financeiros são construídos na infância e podem ser orientados pela escola. Ferreira (2015) destaca a dimensão comportamental do consumo, ressaltando que decisões financeiras envolvem emoções e crenças, e não apenas “saber fazer contas”. Em perspectiva comparada, estudos associam letramento financeiro a melhores decisões ao longo do ciclo de vida (LUSARDI; MITCHELL, 2014), a escolhas mais responsáveis entre jovens expostos a programas formais (COLE; PAULSON; SHASTRY, 2014) e à maior capacidade de planejamento de longo prazo (BUCHER-KOENEN; LUSARDI, 2011).

Persistem, entretanto, lacunas entre o reconhecimento da importância do tema e sua presença contínua no cotidiano escolar. Iniciativas pontuais, materiais pouco contextualizados e limitações na formação docente dificultam impactos sustentáveis (ALMEIDA, 2017; CAMPOS, 2013). Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão: a inclusão da educação financeira no Ensino Fundamental II contribui para a

formação de atitudes mais conscientes e responsáveis no uso do dinheiro? Parte-se da hipótese de que estudantes expostos à educação financeira no Ensino Fundamental II apresentam maior consciência sobre planejamento financeiro.

Este artigo, de natureza qualitativa, bibliográfica e exploratória, reúne evidências nacionais e internacionais e discute diretrizes de implementação pedagógica. A contribuição é dupla: (i) sintetizar achados que sustentam o ensino de finanças pessoais nessa etapa; e (ii) traduzir tais achados em princípios operacionais, continuidade ao longo do ano letivo, integração interdisciplinar (especialmente com Matemática e Língua Portuguesa), contextualização ao cotidiano dos estudantes e apoio à formação docente. Pretende-se, assim, oferecer subsídios para que escolas e redes incorporem a educação financeira ao projeto pedagógico, fortalecendo autonomia, pensamento crítico e cidadania financeira.

1.1 Objetivos gerais e específicos

Objetivo geral:

Analisar a importância da inclusão da educação financeira no currículo do Ensino Fundamental II para a formação de cidadãos financeiramente conscientes e capazes de tomar decisões econômicas responsáveis.

Objetivos específicos:

- Revisar a literatura nacional e internacional sobre educação financeira escolar;
- Identificar políticas públicas e iniciativas brasileiras voltadas à educação financeira no Ensino Fundamental II;
- Discutir desafios relacionados à implementação do tema e à formação de professores;
- Propor princípios operacionais que orientem a inclusão da educação financeira no currículo de forma transversal e contínua.

1.2 Metodologia

A pesquisa desenvolvida neste artigo é de natureza qualitativa, bibliográfica e exploratória, com foco em compreender de que forma a educação financeira tem sido abordada no contexto escolar brasileiro, especialmente no Ensino Fundamental II.

Foram consultadas publicações disponíveis em bases acadêmicas e fontes oficiais, como Google Acadêmico, Scielo, Periódicos CAPES, repositórios universitários e documentos institucionais (BNCC, MEC, Banco Central, OECD, entre outros).

Ao todo, foram analisados 31 trabalhos relevantes, entre livros, artigos científicos, dissertações e relatórios oficiais publicados entre 2010 e 2025. A escolha desse período buscou contemplar tanto as obras fundadoras do tema relacionadas à criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) quanto as publicações mais recentes que tratam da implementação do ensino financeiro na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A metodologia envolveu leitura, seleção e análise comparativa dos textos, com identificação de convergências e divergências entre os autores. Também foram observadas práticas e políticas públicas aplicadas no Brasil e em outros países, com o objetivo de reunir evidências que sustentem a importância da educação financeira como componente essencial da formação cidadã.

2. Referencial teórico

Este capítulo apresenta um panorama do que já foi discutido sobre educação financeira na literatura, com base em pesquisas realizadas no Brasil e em outros países. O objetivo é expor diferentes abordagens e evidências sobre o tema, destacando convergências, divergências e contribuições para compreender o papel da educação financeira na formação de jovens.

O levantamento baseia-se em livros, artigos científicos, dissertações e documentos oficiais obtidos em bases confiáveis. A partir dessas leituras, observa-se que a educação financeira tanto pode ser tratada como ferramenta prática (focada em orçamento, juros, crédito e consumo) quanto como processo formativo mais amplo (que envolve valores, autonomia e reflexão crítica). Essas perspectivas fornecem a base para discutir o problema central deste estudo: em que medida o ensino de educação financeira no Ensino Fundamental II contribui para formar cidadãos capazes de lidar com o dinheiro e com as escolhas econômicas da vida adulta.

O Ensino Fundamental II que compreende os anos do 6º ao 9º é reconhecido como uma fase decisiva da educação básica, marcada pelo aprofundamento dos conteúdos e pelo desenvolvimento de autonomia intelectual e senso crítico. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nessa etapa “os estudantes devem consolidar e ampliar as aprendizagens, tornando-se capazes de utilizar conhecimentos de forma crítica, significativa e reflexiva em diferentes contextos” (BRASIL, 2018, p. 61).

A literatura educacional também enfatiza o papel formativo desse período. De acordo com Carvalho (2025), os anos finais do Ensino Fundamental representam “um momento de transição entre a infância e a adolescência, no qual o estudante começa a compreender com mais clareza a relação entre o que aprende e o mundo que o cerca” (CARVALHO, 2025, p. 8). Essa fase, portanto, é considerada estratégica para a consolidação de competências ligadas ao pensamento crítico, à responsabilidade e à cidadania.

Estudos recentes reforçam essa perspectiva ao abordar o potencial da educação financeira nesse segmento de ensino. Nascimento (2023) aponta que trabalhar temas de finanças pessoais nos anos finais do Ensino Fundamental “favorece a autonomia e a tomada de decisão consciente dos alunos”, especialmente quando articulado com disciplinas como Matemática e Ciências Humanas. Já Rodrigues, Almeida e Ferreira (2025) demonstram que essa integração permite que os estudantes relacionem conceitos abstratos como juros e orçamento com situações reais de consumo e planejamento familiar.

Assim, inserir a educação financeira nessa etapa do ensino representa uma oportunidade de conectar teoria e prática, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contribuindo para a formação de cidadãos financeiramente responsáveis e socialmente conscientes.

2.1 Modelo teórico

O modelo teórico adotado considera a educação financeira como instrumento de autonomia e cidadania. Para além do domínio de conteúdos técnicos (juros, inflação, risco), a proposta é preparar o estudante para tomar decisões conscientes e equilibradas em diferentes contextos do cotidiano.

Parte-se do pressuposto de que a educação financeira mobiliza dimensões comportamentais, sociais e econômicas, sempre em diálogo com o contexto de vida do aluno. No ambiente escolar, onde a formação é integral, sua inserção desde o Ensino Fundamental II permite o desenvolvimento de hábitos e atitudes (planejamento, uso consciente do crédito, consumo responsável), além de uma visão crítica sobre escolhas financeiras.

Essa perspectiva alinha-se a uma compreensão ampliada de educação: não basta “saber calcular”; é necessário interpretar situações reais, avaliar consequências e agir com responsabilidade ética. Em síntese, o modelo entende a educação financeira como prática pedagógica contínua e transversal, conectada à realidade do estudante e às demais áreas do conhecimento.

No contexto do Ensino Fundamental II, a abordagem da educação financeira ganha relevância particular, pois os estudantes estão em uma fase de desenvolvimento cognitivo e social que lhes permite estabelecer conexões entre conceitos abstratos e situações concretas do cotidiano. De acordo com Carvalho (2025), esse período é propício para promover a reflexão sobre valores, consumo e planejamento, articulando o aprendizado escolar com experiências reais.

Da mesma forma, Rodrigues, Almeida e Ferreira (2025) apontam que o ensino de finanças pessoais nos anos finais do ensino fundamental contribui para o amadurecimento do pensamento crítico e para a compreensão das consequências das decisões econômicas, favorecendo o desenvolvimento de hábitos como o uso consciente do dinheiro e o planejamento financeiro. Nesse sentido, a educação financeira nessa etapa não apenas transmite conhecimento técnico, mas também forma atitudes e valores que se refletem no comportamento social e na cidadania dos estudantes.

2.2 Literatura internacional

A literatura internacional indica, de forma consistente, que o letramento financeiro se associa a melhores decisões ao longo do ciclo de vida. Lusardi e Mitchell (2014) mostram que quem domina conceitos básicos de juros compostos, inflação e risco, tende a poupar mais, planejar melhor e usar o crédito com mais responsabilidade. O argumento central é que a lacuna de conhecimentos financeiros não é apenas teórica; ela se traduz em diferenças observáveis de comportamento.

No âmbito escolar, Cole, Paulson e Shastry (2014) analisam experiências de educação financeira formal e encontram associação entre exposição curricular e mudanças de atitude entre jovens, como maior propensão à poupança e escolhas de crédito mais prudentes. Esses resultados reforçam a relevância da escola como espaço privilegiado para iniciar a formação financeira, sobretudo quando o trabalho é contínuo, e não restrito a ações pontuais.

Em recortes nacionais dentro desse panorama, Bucher-Koenen e Lusardi (2011) investigam a Alemanha e mostram que maior letramento financeiro está positivamente relacionado ao planejamento de longo prazo (especialmente para aposentadoria), mesmo após controlar variáveis como idade e perfil de risco. Em síntese, os estudos internacionais convergem para a importância de programas sistemáticos, contextualizados e articulados ao currículo, capazes de converter conhecimento em comportamento.

2.3 Literatura nacional

No Brasil, a discussão sobre educação financeira escolar dialoga com desigualdade social, acesso à informação e preparo para a vida adulta. A literatura enfatiza que o ensino deve ir além de cálculos, aproximando-se da realidade dos estudantes e promovendo uma formação técnica, ética e cidadã.

Almeida (2017) aponta que persistem desafios para a consolidação do tema nas escolas públicas, destacando a necessidade de políticas integradas e formação continuada de professores. A autora sustenta que, quando trabalhada de forma transversal e contextualizada, a educação financeira contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes do impacto de suas escolhas.

Na mesma direção, Campos (2013) defende que o ensino ultrapasse conteúdos estritamente técnicos, incorporando uma perspectiva crítica sobre consumo, orçamento e

tomada de decisão. Em sua pesquisa, o autor propõe um curso de extensão como estratégia para traduzir conceitos em práticas pedagógicas, aproximando a discussão de situações reais e fomentando a autonomia dos estudantes.

Em conjunto, esses estudos reforçam que a educação financeira precisa fazer parte do projeto pedagógico da escola, envolvendo professores, estudantes e famílias. A finalidade não é apenas lidar com números, mas situar escolhas econômicas em um contexto social mais amplo, de modo a formar jovens preparados para decisões financeiras responsáveis no presente e no futuro.

Diversos autores brasileiros apontam que o Ensino Fundamental II é a fase mais oportuna para introduzir de forma estruturada a educação financeira. É nesse momento que os estudantes começam a compreender o valor do dinheiro, a influência da publicidade e as implicações de suas escolhas de consumo. De acordo com Silva, Souza e Santos (2023), projetos aplicados em escolas públicas nessa faixa etária mostram que os alunos não apenas passam a se organizar melhor financeiramente, mas também levam o aprendizado para dentro de casa, influenciando positivamente o comportamento das famílias. Essa constatação reforça o papel dessa etapa de ensino como base para o desenvolvimento de cidadãos financeiramente conscientes.

2.4 Contexto histórico e políticas públicas no Brasil

A discussão sobre educação financeira no Brasil começou a ganhar força com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010. Essa política pública teve como objetivo principal promover uma cultura de planejamento e decisões financeiras conscientes, com foco em cidadania e bem-estar social. A iniciativa envolveu a participação de órgãos como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com a sociedade civil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024).

Em 2020, a ENEF foi reformulada com a criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), que passou a coordenar as ações nacionais e incentivar parcerias público-privadas alinhadas ao interesse público. Desde então, programas como o Aprender Valor, do Banco Central, e o Programa Educação Financeira da Escola, do MEC, têm ampliado o alcance do tema entre professores e estudantes da rede pública. O

Aprender Valor, por exemplo, já capacitou mais de 60 mil docentes e alcançou mais de 10 mil escolas, com foco em práticas pedagógicas ligadas ao cotidiano dos alunos (BANCO CENTRAL, 2024; MEC, 2021).

Essas iniciativas representam avanços importantes, mas ainda enfrentam desafios quanto à continuidade e integração da educação financeira nos currículos escolares. A ausência de uma estrutura nacional uniforme e de formação docente consistente faz com que o impacto dessas ações varie bastante entre estados e municípios. Mesmo assim, o fortalecimento dessas políticas mostra que o tema passou a ocupar espaço central nas estratégias de desenvolvimento educacional e social do país.

Embora as políticas públicas nacionais abranjam toda a educação básica, observa-se que o Ensino Fundamental II tem recebido atenção especial por meio de programas como o Aprender Valor, voltado justamente a essa etapa. Essa escolha estratégica se deve ao fato de que os alunos, nessa fase, já possuem maturidade suficiente para compreender conceitos como juros, poupança e consumo responsável, mas ainda estão em processo de formação de hábitos. Assim, investir em educação financeira nessa faixa etária é uma forma de prevenir comportamentos financeiros inadequados na vida adulta, fortalecendo desde cedo a cultura do planejamento e da responsabilidade econômica.

2.5 Formação docente e desafios de implementação

Um dos principais obstáculos para a efetivação da educação financeira nas escolas brasileiras é a formação dos professores. Muitos docentes ainda se sentem inseguros em abordar o tema, seja por falta de domínio sobre conceitos financeiros básicos, seja pela ausência de metodologias pedagógicas voltadas para o assunto (JÚNIOR, 2025; MARANHÃO, 2025).

A BNCC reconhece a importância da abordagem transversal, mas, na prática, isso exige preparo para integrar conteúdos de finanças em disciplinas diversas, como Matemática, Geografia e Português. A falta de tempo e de materiais didáticos acessíveis também contribui para que o tema seja tratado de forma superficial ou apenas em projetos pontuais (RODRIGUES; PARABONI, 2021).

Diversos estudos apontam que capacitar o professor é o ponto-chave para o sucesso da educação financeira. Além do conhecimento técnico, é preciso desenvolver habilidades didáticas que despertem interesse e senso crítico nos alunos. Programas como

o “Aprender Valor” e iniciativas locais têm buscado suprir essa lacuna, oferecendo cursos gratuitos e conteúdos adaptados à realidade das escolas públicas. Ainda assim, a consolidação dessa formação demanda investimento contínuo e valorização do papel do educador como agente transformador da cidadania financeira.

2.6 Experiências internacionais

Experiências internacionais bem-sucedidas reforçam que a educação financeira pode transformar comportamentos quando trabalhada de forma sistemática e prática. Países como Dinamarca, Canadá e Holanda são exemplos de estratégias de longo prazo integradas ao currículo escolar.

Na Dinamarca, o ensino de finanças é obrigatório desde o ensino fundamental e envolve atividades interdisciplinares que ligam matemática, economia e cidadania (OECD, 2024). No Canadá, as províncias possuem autonomia para adaptar os conteúdos à realidade local, mas todas seguem diretrizes nacionais que priorizam formação docente e desenvolvimento de materiais contextualizados (VIEIRA; PESSOA, 2020). Já a Holanda utiliza metodologias ativas, como jogos de simulação e projetos de orçamento pessoal, que tornam o aprendizado mais prático e envolvente (HOFMANN, 2013).

Esses casos mostram que políticas eficazes exigem continuidade, avaliação de resultados e apoio institucional. Quando há investimento em professores e integração curricular, a educação financeira deixa de ser um conteúdo isolado e passa a fazer parte da cultura escolar. O Brasil pode se inspirar nesses modelos para consolidar um caminho próprio, respeitando suas diversidades regionais e sociais.

2.7 Educação financeira, família e sustentabilidade

A educação financeira ultrapassa os limites da sala de aula e alcança o ambiente familiar, onde os primeiros hábitos de consumo e poupança são formados. Crianças e adolescentes aprendem observando as atitudes dos pais em relação ao dinheiro, por isso o diálogo dentro de casa é tão importante (DSOP, 2023). Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (ABEFIN), famílias que conversam sobre finanças e envolvem os filhos em pequenas decisões do dia a dia como planejar compras ou comparar preços, ajudam a criar uma relação mais saudável com o dinheiro (ABEFIN, 2025).

Além disso, a educação financeira está diretamente ligada à sustentabilidade. Consumir de forma consciente, evitar desperdícios e planejar o uso dos recursos são práticas que favorecem tanto a saúde financeira quanto o meio ambiente (MGN CONSULTORIA, 2024). Quando os alunos entendem que suas escolhas têm impacto social e ambiental, passam a desenvolver valores como responsabilidade e empatia. Assim, a educação financeira se torna também uma ferramenta de formação cidadã e de promoção do desenvolvimento sustentável.

O Ensino Fundamental II tem papel decisivo nesse processo de integração entre escola e família. É nessa fase que os jovens começam a lidar com pequenas quantias, tomar decisões de consumo próprias e expressar maior senso de autonomia. A educação financeira, quando trabalhada de forma transversal nesse período, ajuda a consolidar valores éticos e sustentáveis, transformando o estudante em um agente multiplicador dentro do núcleo familiar. Desse modo, a escola assume um papel formador não apenas do aluno, mas também de toda a comunidade ao redor.

3. Resultados e Discussões

A análise das obras e documentos pesquisados evidencia um consenso entre os autores sobre a importância da educação financeira como ferramenta de formação cidadã e de autonomia econômica. De maneira geral, tanto os estudos nacionais quanto os internacionais apontam que o ensino de finanças pessoais, quando trabalhado desde os anos finais do Ensino Fundamental, contribui para o desenvolvimento de competências como planejamento, tomada de decisão e responsabilidade social.

O Ensino Fundamental II, que compreende os anos do 6º ao 9º, é reconhecido como uma fase decisiva da educação básica, marcada pelo aprofundamento dos conteúdos e pelo desenvolvimento de autonomia intelectual e senso crítico. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nessa etapa “os estudantes devem consolidar e ampliar as aprendizagens, tornando-se capazes de utilizar conhecimentos de forma crítica, significativa e reflexiva em diferentes contextos” (BRASIL, 2018, p. 61). Essa estrutura torna o período ideal para abordar temas como finanças pessoais e consumo consciente, articulando o aprendizado escolar com situações reais e contribuindo para o amadurecimento dos alunos em termos de responsabilidade e cidadania financeira.

De acordo com Carvalho (2025), trabalhar a educação financeira no Ensino Fundamental II é essencial porque os estudantes começam a associar conteúdo abstratos a experiências cotidianas, o que favorece o desenvolvimento de competências como reflexão crítica e tomada de decisão. De modo semelhante, Rodrigues, Almeida e Ferreira (2025) apontam que o ensino de finanças pessoais nessa fase ajuda a compreender as consequências das escolhas econômicas, incentivando hábitos de planejamento e uso responsável do dinheiro.

Pesquisas nacionais, como as de Almeida (2017), Campos (2013) e Silva, Souza e Santos (2023), também indicam que as escolas que introduzem conteúdos de educação financeira nessa etapa de ensino observam mudanças comportamentais positivas entre os estudantes. Os jovens passam a demonstrar maior capacidade de organização, consciência sobre o valor do dinheiro e diálogo mais frequente sobre finanças dentro do ambiente familiar. Esses resultados confirmam que o Ensino Fundamental II é o momento ideal para consolidar hábitos e valores financeiros duradouros.

Os dados apresentados pelo Banco Central do Brasil (2024) e pelo Ministério da Educação (2021) reforçam que políticas públicas, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o Programa Aprender Valor e o Educação Financeira da Escola, têm obtido resultados concretos. Essas iniciativas já alcançaram milhares de professores e estudantes da rede pública, oferecendo cursos, materiais e práticas pedagógicas alinhadas à realidade dos alunos. Ainda assim, os documentos oficiais e os autores analisados convergem ao apontar desafios na formação docente e na continuidade das ações, o que limita o impacto nacional dessas políticas.

No campo internacional, as experiências do Canadá, Dinamarca e Holanda ilustram caminhos bem-sucedidos que podem inspirar o Brasil. Na Dinamarca, o ensino de finanças é obrigatório desde o ensino fundamental e integra conteúdos de matemática, economia e cidadania, estimulando a aprendizagem prática e interdisciplinar (OECD, 2024). No Canadá, as províncias mantêm autonomia curricular, mas seguem diretrizes nacionais que priorizam a formação docente e o desenvolvimento de materiais contextualizados (VIEIRA; PESSOA, 2020). Já a Holanda adota metodologias ativas, como jogos de simulação e projetos de orçamento pessoal, para aproximar teoria e prática (HOFMANN, 2013).

Esses países demonstram que programas contínuos, apoiados por políticas consistentes e professores capacitados, geram resultados duradouros na formação financeira dos estudantes. O Brasil pode adaptar essas boas práticas à sua realidade, considerando suas desigualdades regionais e culturais.

Em síntese, os resultados obtidos neste estudo indicam que a inclusão da educação financeira no Ensino Fundamental II pode promover autonomia, senso crítico e consciência social entre os jovens. Os autores analisados reforçam que, quando a escola aborda o tema de forma transversal e contextualizada, ela não apenas ensina sobre dinheiro, mas também contribui para a construção de uma cultura de planejamento e responsabilidade, elementos fundamentais para o exercício da cidadania financeira.

4. Conclusão

A análise desenvolvida neste estudo indica que a inclusão da educação financeira no Ensino Fundamental II pode representar um caminho relevante para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos diante dos desafios econômicos da atualidade. Os resultados da literatura sugerem que o ensino de finanças pessoais, quando abordado de forma contínua, interdisciplinar e contextualizada, tende a contribuir para o fortalecimento da autonomia dos estudantes e para o desenvolvimento de hábitos de planejamento e responsabilidade financeira.

No contexto brasileiro, políticas públicas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e programas como o *Aprender Valor* e o *Educação Financeira da Escola*, do MEC, apontam avanços importantes, ainda que enfrentem desafios quanto à continuidade, à formação docente e à integração com o cotidiano escolar. Esses elementos reforçam a necessidade de reflexão constante sobre como transformar iniciativas pontuais em práticas estruturadas e duradouras.

As experiências de países como Canadá, Dinamarca e Holanda ilustram possibilidades de implementação bem-sucedida de programas de educação financeira, destacando a importância da avaliação de resultados e da valorização do papel do professor como mediador do conhecimento. Esses modelos não configuram soluções prontas, mas servem como referência para adaptações que considerem as particularidades culturais e educacionais do Brasil.

Dessa forma, este estudo não busca encerrar o debate, mas ampliar o olhar sobre o potencial da educação financeira como parte do currículo escolar. Ao articular temas como cidadania, sustentabilidade e responsabilidade social, a educação financeira pode ser entendida como uma oportunidade de reflexão sobre o papel da escola na formação de sujeitos mais críticos e preparados para lidar com as decisões econômicas da vida cotidiana.

Considera-se, ainda, que este trabalho pode servir de base para estudos futuros que explorem a aplicação prática da educação financeira no Ensino Fundamental II. Pesquisas comparativas entre escolas públicas e privadas, análises regionais sobre metodologias de ensino e avaliações de impacto a longo prazo poderiam contribuir para compreender de forma mais ampla os efeitos reais da educação financeira na formação dos estudantes. Além disso, investigações voltadas à capacitação docente e à integração do tema com diferentes disciplinas podem oferecer novos caminhos para consolidar a educação financeira como componente essencial da formação cidadã no Brasil.

5. Referências

ALMEIDA, Maria de Lourdes Vasconcelos. *Educação financeira: desafios e perspectivas para a escola pública*. In: SOUZA, João Batista de; GOMES, Maria de Lourdes (org.). *Educação financeira e cidadania*. Brasília: ENAP, 2017. p. 63-78.

Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pBYBEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA12>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ANBIMA. *Raio-X do Investidor Brasileiro 2023*. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Acesso em: 10 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES FINANCEIROS (ABEFIN).

Educação financeira para jovens. São Paulo: ABEFIN, 2025.

Disponível em: <https://jabrasil.org.br/educacao-financeira-para-jovens/>

Acesso em: 21 out. 2025. Seção “Famílias que conversam sobre finanças e envolvem os filhos”, p. 4-5.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Final da Fase de Implantação 2019–2024 do Programa Aprender Valor*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024.

Disponível em:

https://aprendervalor.bcb.gov.br/content/config/aprendervalor/docs_aprender_valor/Relatorio_Aprender_Vvalor_Implantacao_2019_a_2024.pdf

Acesso em: 21 out. 2025. Capítulo 1 – Apresentação (p. 1-3): descrição da criação do Aprender Valor e número de professores e escolas alcançados.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)*. Brasília: BCB, 2010. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/enef.asp> Acesso em: 21 out. 2025. Capítulo 2 –

Diretrizes da ENEF (p. 4-6): objetivos de promover a cidadania financeira e articulação institucional.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

Acesso em: 2 nov. 2025. Seção: “Ensino Fundamental – Anos Finais”, p. 61.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Educação Financeira da Escola*. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/programa-educacao-financeira-da-escola> Acesso em: 21 out. 2025.

Seção 1 – Objetivos gerais: capacitação de 500 mil professores e benefício a 25 milhões de alunos.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BUCHER-KOENEN, T.; LUSARDI, A. Financial Literacy and Retirement Planning in Germany. *Journal of Pension Economics and Finance*, v. 10, n. 4, p. 565-584, 2011.

CAMPOS, André Bernardo. *Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores*

(JIC's). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

CARVALHO, A. M. *Educação financeira em livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental: um olhar para o contexto das tarefas*. Revista Paranaense de Educação Matemática, v. 14, n. 33, p. 1–21, 2025.

Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/rpem/article/view/9497>.

Acesso em: 2 nov. 2025. p. 8-9 – destaca que o Ensino Fundamental II é uma etapa de transição cognitiva ideal para práticas reflexivas e contextualizadas.

CARVALHO, A. M. *Educação financeira em livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental: um olhar para o contexto das tarefas*. Revista Paranaense de Educação Matemática, v. 14, n. 33, p. 1–21, 2025.

Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/rpem/article/view/9497>.

Acesso em: 2 nov. 2025.

CERBASI, Gustavo. *Educação financeira ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

CNN BRASIL. *Endividamento das famílias sobe para 77,6% em abril, diz CNC*. 6 maio 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/endividamento-das-familias-sobe-para-776-em-abril-diz-cnc/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 jun. 2025.

COLE, S.; PAULSON, A.; SHASTRY, G. K. Smart Money: The Effect of Education on Financial Outcomes. *Review of Financial Studies*, v. 27, n. 7, p. 2022-2051, 2014.

DOMINGOS, Reinaldo. *Terapia financeira: o caminho da cura*. São Paulo: DSOP, 2018.

DSOP EDUCAÇÃO FINANCEIRA. *A importância da educação financeira para jovens*. São Paulo: DSOP, 2023. Disponível em: <https://dsop.com.br/educacao-financeira-jovens/>. Acesso em: 21 out. 2025. Seção 2 – “Educação financeira na família e na escola.”

FERREIRA, Vera Rita de Mello. *Psicologia econômica: estudos sobre o comportamento econômico e financeiro*. São Paulo: Blucher, 2015.

HOFMANN, Ruth Margareth. *Educação financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31860> acesso em: 21 out. 2025. Capítulo 4 – Resultados comparativos, p. 85-92.

JÚNIOR, Ivan da Silva Nunes. *Formação de professores em educação financeira: novas abordagens e desafios*. Revista Aracê, v. 7, n. 6, p. 35137-35145, 2025.

Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6819>

Acesso em: 21 out. 2025. p. 35140-35143 – *Docentes se sentem inseguros para trabalhar educação financeira e precisam de formação contínua.*

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MARANHÃO, Kássia Schneider. *Desafios e potencialidades na formação de professores para o ensino de educação financeira*. Florianópolis: UFSC, 2025.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/268263>

Acesso em: 21 out. 2025. p. 3-5 – *Análise de lacunas na formação docente e importância de capacitação metodológica para BNCC.*

NASCIMENTO, F. E. O. *Educação financeira nos anos finais do Ensino Fundamental: investigação sobre sua aplicabilidade*. Pedagogia & Matemática, 2023.

Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/18055>.

Acesso em: 2 nov. 2025.

OECD. *Financial education in schools: policy guidance, challenges and case studies*. Paris: OECD Publishing, 2016.

OECD. *PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money?* Paris: OECD Publishing, 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *PISA 2022 Results (Volume IV): Financial Literacy*. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv_5a849c2a-en.html

Acesso em: 21 out. 2025. Capítulo 2 – *Country performance profiles (p. 67-75): resultados de Dinamarca, Canadá e Holanda.*

RODRIGUES, M. U.; ALMEIDA, R. H. S.; FERREIRA, J. S. S. *Educação financeira nos anos finais do Ensino Fundamental: uma análise comparativa de livros didáticos e apostilas do SEE-MT na perspectiva dos ambientes de aprendizagem*. Tangram – Revista de Educação Matemática, v. 8, n. 1, e025026, 2025.

Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/tangram/article/view/19476>.

Acesso em: 2 nov. 2025.

RODRIGUES, M. U.; ALMEIDA, R. H. S.; FERREIRA, J. S. S. *Educação financeira nos anos finais do Ensino Fundamental: uma análise comparativa de livros didáticos e apostilas do SEE-MT na perspectiva dos ambientes de aprendizagem*. Tangram – Revista de Educação Matemática, v. 8, n. 1, e025026, 2025.

Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/tangram/article/view/19476>.

Acesso em: 2 nov. 2025.

RODRIGUES, Murilo Urbano; PARABONI, André Luis. *Educação financeira no currículo escolar na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular*. Revista Espacios, v. 42, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REM/article/view/2432>

Acesso em: 21 out. 2025. p. 4-6 – *Necessidade de integração transversal e formação de professores para BNCC*.

SILVA, A. P.; SOUZA, M. F.; SANTOS, L. R. *A importância da educação financeira no ensino fundamental: um estudo de caso em escolas públicas de Minas Gerais*. Revista FOCO, v. 16, n. 3, p. 1–15, 2023.

SILVA, A. P.; SOUZA, M. F.; SANTOS, L. R. *A importância da educação financeira no ensino fundamental: um estudo de caso em escolas públicas de Minas Gerais*. Revista FOCO, v. 16, n. 3, p. 1–15, 2023. p. 8–11 – *evidências sobre mudanças de comportamento financeiro de alunos do 6º ao 9º ano após ações de educação financeira*

VIEIRA, Glauciane; PESSOA, Cristiane. *Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais? Educação Matemática Pesquisa*. São Paulo: PUC-SP, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/download/47580/pdf/147292>

Acesso em: 21 out. 2025. p. 670-675 – *Descrição dos modelos canadense, dinamarquês e holandês*.